



Idade mínima para se aposentar deve ser revista a cada 4 anos

Tempo de contribuição, idade mínima e alíquotas progressivas são temas da segunda reportagem da série que o **Jornal do Senado** e o Portal de Notícias publicam sobre a reforma da Previdência

A proposta de reforma da Previdência está sendo modificada no Congresso, mas o governo não deve abrir mão de três itens: a idade mínima de 65 anos (homens) e 62 (mulheres) para aposentadoria, o tempo mínimo de contribuição e a progressão das alíquotas tanto para servidores quanto para a iniciativa privada. A proposta prevê revisões da idade mínima a cada quatro anos, de acordo com a expectativa de vida dos brasileiros, que tende a subir. **3**



Jonathan Campos/Gazeta do Povo

Trabalhadores do setor privado poderão escolher entre três regras de transição



Marcos Correia/PR

Bolsonaro, Moro e Davi Alcolumbre na entrega da comenda no Itamaraty

Davi Alcolumbre é condecorado com a Ordem do Rio Branco

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, foi condecorado, na sexta-feira, com a Ordem do Rio Branco, no grau mais elevado, o Grã-Cruz, pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.

Também receberam a ordem o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, e os ministros da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e da Economia, Paulo Guedes. **2**

Conselho discute relatório sobre pacote anticrime **2**

Lei muda regra de transferências do BC para Tesouro **2**

ARQUIVO **S**



Arquivo Senado Federal

Eunice Michiles fala em evento no Senado: projetos a favor das mulheres

Primeira senadora do Brasil tomou posse há 40 anos

A primeira mulher a tornar-se senadora foi Eunice Michiles, uma ex-deputada estadual do Amazonas. Na posse, em 31 de maio de 1979, ela foi recebida com flor, chocolate e poesia. “Que Vossa Excelência

possa aqui emprestar, com seu coração e sua beleza, a colaboração de que o Senado tanto necessita”, discursou um senador. Os colegas rejeitariam todos os projetos dela que previam direitos para as mulheres. **4**

Papel de líderes comunitários é destacado em sessão no Congresso

Em sessão solene que lotou o Plenário da Câmara na sexta-feira para homenagear o Dia do Líder Comunitário, os participantes do evento exaltaram o papel exercido pelas lideranças, que, destacaram, acabam servindo de

porta-vozes das demandas da população. Requerente da sessão ao lado do deputado Vitor Lippi, o senador Izalci Lucas afirmou que os líderes ajudam na promoção de mudanças necessárias para o bem-estar da sociedade. **2**



Jefferson Rony/Agência Senado

Sessão lotou o Plenário da Câmara para celebrar o Dia do Líder Comunitário

Subcomissão debate impactos no Brasil da crise venezuelana

A Subcomissão Temporária sobre a Venezuela debate hoje a crise no país vizinho e seus reflexos no Brasil, principalmente em Roraima. Foram convidados o presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, Jalsner Renier, o secretário-adjunto da representação de Roraima em Brasília, José Gondim Filho, e o prefeito de Pacaraima (RR), Juliano Torquato. Logo depois, a subcomissão vota dois requerimentos, um deles pede informações ao ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, sobre a crise diplomática com a Venezuela. **3**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Sessão destaca exemplo de líderes comunitários

Para participantes da sessão solene do Congresso Nacional, a atuação de líderes comunitários é fundamental para a cidadania e para que a sociedade consiga fazer as transformações necessárias

EM SESSÃO SOLENE do Congresso Nacional na sexta-feira em homenagem a líderes comunitários, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) destacou a importância de “lideranças verdadeiras do Brasil e portadores das vozes do povo para o exercício da cidadania”.

Izalci, que presidiu a sessão e foi autor do requerimento de homenagem junto com o deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), comentou a necessidade de haver líderes para realizar as transformações necessárias na sociedade. Ele citou o exemplo de ousadia de Juscelino Kubitschek ao construir Brasília — um trabalho que, segundo ele, foi completado pelo esforço do ex-governador



Izalci (C) comanda homenagem ao lado da deputada Flávia Arruda, do DF

Joaquim Roriz (1936-2018). — O líder não se impõe e não é temido. O líder é reconhecido, respeitado e exemplo para seus liderados — disse o senador, que criticou a falta de visão de futuro dos governantes do Distrito Federal.

O presidente da Associação Nacional dos Líderes Comunitários do Brasil, Ilço Firmino, pediu apoio para o Encontro Nacional do Líder Comunitário, a ser realizado em 2020.

Davi recebe de Bolsonaro a Ordem do Rio Branco

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, recebeu do presidente da República, Jair Bolsonaro, a Ordem do Rio Branco, no grau mais elevado,

o Grã-Cruz. A comenda foi entregue na sexta-feira, Dia do Diplomata, no Palácio do Itamaraty.

O vice-presidente da Repú-

blica, Hamilton Mourão, os ministros da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e da Economia, Paulo Guedes, e o embaixador de Israel, Yossi Shelley, entre outras autoridades, também foram agraciados.

A Ordem do Rio Branco foi instituída pelo Decreto 51.697, de 1963, com o objetivo de reconhecer os serviços meritórios e virtudes cívicas de brasileiros e estrangeiros, além de estimular a prática de ações e feitos dignos da menção honrosa.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Jair Bolsonaro e Davi Alcolumbre se cumprimentam na condecoração

Nova lei muda relação entre Banco Central e Tesouro

O governo sancionou na quinta-feira a lei que altera a relação financeira entre o Banco Central (BC) e o Tesouro Nacional (Lei 13.820, de 2019). A nova lei teve origem no Projeto de Lei do Senado (PLS) 314/2017, aprovado pela Câmara em dezembro.

Pelo texto, o lucro do BC na

administração das reservas internacionais e nas operações internas com derivativos cambiais, apurado em balanço semestral, será destinado a uma “reserva de resultado” que integrará o balanço do BC. A reserva somente poderá ser utilizada para cobrir os prejuízos do próprio Banco Central.

Antes o lucro do BC com as reservas cambiais e com os derivativos era transferido semestralmente ao Tesouro, com depósito em dinheiro na conta única da União. Já os prejuízos eram cobertos pelo Tesouro, mediante entrega de títulos públicos ao BC.

Da Agência Câmara

RÁPIDAS

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO ANALISA PACOTE ANTICRIME

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) apresenta hoje relatório sobre o pacote anticrime, atualmente em tramitação no Senado. Os conselheiros também vão discutir o relatório que aponta as prioridades entre os projetos de lei sobre comunicação social que tramitam no Congresso.

DAVI PARTICIPA DE CONGRESSO SOBRE CIDADES PIAUIENSES

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, participa hoje da abertura do 2º Congresso das Cidades do Piauí, em Teresina. A cerimônia também contará com a presença do governador do Piauí, Wellington Dias. No mesmo dia, ele fala aos prefeitos e gestores públicos sobre a importância do papel das cidades no fortalecimento da Federação.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH A Previdência e as isenções fiscais

9h Debate sobre Previdência Social, com foco na desvinculação de receitas da União, na sonegação e nas isenções fiscais.

SESSÃO ESPECIAL Dia do Contabilista

10h Comemoração do Dia do Contabilista.

CCS Pacote anticrime

14h Relatório sobre os projetos do pacote anticrime é um dos itens da pauta.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Discursos e avisos da Mesa.

VENEZUELA Impactos da crise

14h Audiência para discutir crise na Venezuela e seu impacto no Brasil.

TERÇA

CDH Venda de narguilé

9h Entre 30 itens, o PLC 104/2018, que proíbe a venda de narguilé a crianças e adolescentes.

CE/CCT Lei do Audiovisual

9h Audiência sobre a prorrogação dos benefícios da Lei do Audiovisual.

CAE Segurança viária

10h O PLC 49/2018, que contempla a segurança viária entre as atividades apoiadas pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, é um dos 10 itens.

MP 871/2019 Fraudes em benefícios

10h Análise do relatório.

CE Ministro da Educação

11h Audiência com Abraham Weintraub para apresentação das diretrizes e programas prioritários da pasta.

CTEC Carrinho de bebê em avião

11h30 Na pauta de 10 itens, o PLC 31/2017, que trata do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial.

MP 868/2018 Marco do Saneamento

14h Análise do relatório.

MP 869/2018 Proteção de dados

14h30 Análise do relatório.

MP 870/2019 Ministérios

14h30 Análise do relatório.

QUARTA

MP 875/2019 Vítimas de Brumadinho

14h30 Audiência pública.

MP 867/2018 Regularização ambiental

15h Análise do relatório.

CAE/CAS Leis contra drogas

9h Análise conjunta do PLC 37/2013, que endurece a legislação antidrogas.

Depois, a Comissão de Assuntos Sociais tem uma pauta de 11 itens, entre eles o PLS 357/2015, que disciplina a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CCT Identidade de radialista

9h Entre 9 itens, o PLC 153/2017, que trata da identidade profissional de radialista.

CDR Transportadora de gás

9h Audiência para debater venda de transportadora de gás da Petrobras.

CCI Dependentes químicos

10h O PLC 47/2018, que destina valores apreendidos do tráfico para a recuperação de dependentes químicos, é um dos 32 itens.

CRA Agricultura familiar

11h Audiência para discutir auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União no procedimento de emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP).

MP 873/2019 Contribuição sindical

15h30 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão mista.

CDR Minérios em Roraima

10h Audiência para debater estudos realizados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais em Roraima.

SESSÃO ESPECIAL Polícia Militar do DF

14h Homenagem à Polícia Militar do Distrito Federal.

SEXTA

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

PEC prevê revisão periódica da Previdência

Previsão de idade para aposentadoria, de 62 anos para mulheres e 65 para homens, será avaliada de quatro em quatro anos, de acordo com a expectativa de vida da população

Anderson Vieira



APRESENTADA PARA PROMOVER uma série de mudanças no sistema de aposentadoria do brasileiro, a proposta de reforma da Previdência já está sendo modificada no Congresso. O governo não parece disposto a abrir mão de ao menos três itens previstos na PEC 6/2019: a idade mínima para aposentadoria, o tempo mínimo de contribuição e a progressão das alíquotas para servidores e trabalhadores da iniciativa privada.

A área econômica alega que a maior parte de economia de R\$ 1,2 trilhão prevista com reforma da Previdência virá desses pontos, juntamente com o fim da aposentadoria que leva em conta somente o tempo de contribuição. O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI), Felipe Salto, lembra que tais questões são de fato o cerne da proposta e devem ser analisadas com muito cuidado pelos parlamentares.

— A regra de idade mínima, por exemplo, é o coração da reforma porque fará as pessoas se aposentarem com idade um pouco maior. E não é nada absurdo: 65 e 62 anos. Pela PEC, se a sobrevida do brasileiro

for aumentando, essa idade mínima vai aumentando ao longo do tempo, o que é uma coisa inteligente. Mas é preciso melhorar a redação disso na proposta, pois da forma como foi colocada está um pouco difícil de entender — avalia.

A proposta do governo acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição. Os trabalhadores da iniciativa privada e do setor público deverão ter idade mínima de 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens. Será mantida a integralidade salarial dos servidores que entraram no serviço público até 31 de dezembro de 2003, desde que tenham a idade mínima.

Os patamares são apenas iniciais, visto que a proposta prevê revisões periódicas a cada quatro anos, de acordo com a expectativa de vida dos brasileiros, que tende a subir.

Haverá um período de transição, com três regras para os trabalhadores do setor privado (sistema de pontos, pedágio e idade mínima) e uma para os servidores públicos. O segurado poderá optar pela forma mais vantajosa (veja quadro). As regras de aposentadoria e pensão permanecem as mesmas para os que já recebem o benefício ou já cumpriram seus requisitos mínimos.

O tempo mínimo de con-

Regras de transição

REGIME GERAL (INSS)

- **SISTEMA DE PONTOS** Só pode participar quem já tiver cumprido o tempo mínimo de contribuição de 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres). É preciso somar os anos de contribuição com a idade. Para 2019, a soma necessária começa em 96 pontos para homens e 86 para mulheres e sobe a cada ano até chegar a 105 pontos (homens) e a 100 pontos (mulheres).
- **PEDÁGIO** Regra que pode ser escolhida por quem estiver a 2 anos de completar o tempo mínimo de contribuição. Será preciso contribuir 50% a mais do tempo que falta. Por exemplo, uma mulher com 29 anos de contribuição precisará trabalhar um ano e meio a mais (1 ano + 6 meses de pedágio).
- **IDADE MÍNIMA** É preciso ter contribuição mínima de 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens), desde que tenham a idade mínima de 56 e 61 anos, respectivamente em 2019. A idade mínima vai subindo seis meses a cada ano. A regra de transição vai durar 8 anos (homens) e 12 anos (mulheres).

PARA SERVIDORES PÚBLICOS (RPPS)

- **SISTEMA DE PONTOS** Soma-se a idade ao tempo de contribuição. O resultado deve ser de 86 (mulheres) e 96 (homens), em 2019, crescendo um ponto a cada ano até chegar a 105 pontos para os homens em 2028 e a 100, em 2033, para mulheres. Pela transição, a idade mínima, em 2019, deve ser de 61 anos para homens e 56 para mulheres.

tribuição passará dos atuais 15 para 20 anos, tanto para homens quanto para mulheres do setor privado. Na área pública, o tempo mínimo de contribuição foi fixado em 25 anos para homens e mulheres, sendo exigidos ainda 10 anos no serviço público e cinco anos de atuação no cargo. Além disso, para ter o direito de se aposentar com 100% de seu benefício, o segurado vai ter de contribuir 40 anos para o sistema previdenciário. Para quem contribuir menos, haverá uma tabela progressiva.

A regra vale tanto para o INSS quanto para o regime dos servidores públicos. Desse modo,

após 20 anos de contribuição, o trabalhador terá direito a 60% do valor do benefício. A partir daí, aumentam-se 2% a cada ano trabalhado.

A reorganização das alíquotas previdenciárias tanto para o setor público quanto para a iniciativa privada é outro ponto que vem sendo defendido com vigor pelos governistas. O aumento na contribuição por diferentes faixas salariais é certo. A regra, conforme o governo, é cobrar mais de quem ganha mais. Assim, no setor privado, por exemplo, as alíquotas vão variar de 7,5% a 11,68%, calculadas conforme a faixa salarial. Atualmente, o valor é de 8%

a 11%, calculado sobre todo o salário. Para os servidores públicos, as alíquotas iniciarão em 7,5% para quem ganha até um salário mínimo por mês e poderá chegar a 22% para os que ganham acima de R\$ 39 mil. Hoje a alíquota é única de 11% qualquer que seja o salário.

Apesar de a proposta ainda estar na Câmara, senadores já debatem o texto. Oposicionistas e governistas acreditam que regras referentes à aposentadoria rural e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) serão reformuladas ou mesmo retiradas da PEC.

— A aposentadoria rural e BPC sairão da reforma, até porque não se trata de previdência, mas de assistência — afirma o vice-líder do governo no Senado, Izalci Lucas (PSDB-DF).

O vice-líder do PT, Rogério Carvalho (PT-SE), avisa que há alguns pontos inegociáveis, como o BPC, a aposentadoria rural, a desconstitucionalização da seguridade e a adoção do sistema de capitalização para quem ganha até o teto do Regime Geral de Previdência.

— Esses pontos não discutimos. É questão fechada para o Partido dos Trabalhadores. Os demais pontos como estão, se não combinar tempo de contribuição com idade, também fica difícil a negociação.

Senadores pedem que STF explique compra de lagosta e vinho

Após divulgação de licitação do Supremo Tribunal Federal (STF) para compra de lagostas e vinhos importados, no valor de R\$ 1,13 milhão, senadores decidiram entrar com uma representação no Tribunal de Contas da União (TCU) para que seja analisada

a “legalidade, legitimidade e economicidade” do processo. Os autores do pedido, Jorge Kajuru (PSB-GO) e Reguffe (sem partido-DF), exigem a imediata suspensão do pregão eletrônico e sugerem uma auditoria para analisar os últimos contratos firmados pelo STF.

Em pronunciamento na sexta-feira, Kajuru comemorou o pedido de suspensão apresentado pelo subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU Lucas Rocha Furtado.

Já Reguffe, em pronunciamento na quinta-feira, afirmou que a compra de itens como

lagosta, camarão e vinhos importados com dinheiro público é um desrespeito.

— É um retrato do que é o país hoje, um país de privilégios, de mordomias, onde as pessoas acham isso algo normal — criticou.

Para Alvaro Dias (Pode-PR),

a licitação milionária passa a impressão de que o país vive em um império.

— Fica mais relevante o contraste que há neste país, onde os privilégios das autoridades constituídas transformam a República num verdadeiro império — disse Alvaro.

Subcomissão vai debater a crise na Venezuela

A Subcomissão Temporária sobre a Venezuela vai debater hoje, às 14h, a crise no país vizinho e seus reflexos no Brasil, principalmente em Roraima. A sugestão da audiência é do senador Telmário Mota (Pros-RR), presidente do colegiado.

Para a audiência, estão convidados o secretário-adjunto da representação de Roraima em Brasília (Serbras), José Eduardo Gondim Filho, e o prefeito de Pacaraima (RR), Juliano Torquato.

Pacaraima é um município localizado no norte de Roraima e faz fronteira com a Venezuela. A cidade

tem recebido um grande número de venezuelanos fugindo da crise.

Completa a lista de debatedores o presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, Jalser Renier.

Requerimentos

Depois da audiência pública, a subcomissão vai votar dois requerimentos, ambos de Telmário. Um deles pede a inclusão de dois convidados para uma audiência pública.

O outro pede informações ao ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, sobre a crise diplomática com a Venezuela.

O senador quer saber, por exemplo, quais os motivos que levaram o Brasil a reconhecer a legitimidade de Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela, “quebrando a tradição diplomática brasileira de não intervenção”.

A subcomissão foi criada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para acompanhar a crise econômica, política e social na Venezuela.

O senador Marcio Bittar (MDB-AC) é o relator do colegiado, que tem seis membros titulares e outros seis suplentes.

Nelsinho Trad critica reajuste de energia elétrica

Nelsinho Trad (PSD-MS) criticou na sexta-feira o aumento de 12,48% na energia elétrica em Mato Grosso do Sul. Ele disse que o reajuste ultrapassa o aumento do salário mínimo e cobrou a Agência Nacional de Energia Elétrica.

— O percentual é superior à inflação, sendo que o salário mínimo não vai subir mais do que um terço. A estimativa de inflação para 2019 subiu de 3,9% para 4,06%, enquanto a conta de luz no ano passado no meu estado aumentou de 10,35% e, neste ano, 12,48%.



Genildo Magela/Agência Senado

Jorge Kajuru quer participação direta do povo na política

Jorge Kajuru (PSB-GO) anunciou na sexta-feira um projeto de resolução que estabelece regras sobre a participação do cidadão nas proposições legislativas em tramitação no Senado. Para ele, a participação na política deve ir além do voto.

— As formas de democracia popular, como o referendo, a iniciativa popular legislativa, o orçamento participativo, a ação popular, a revogação do mandato e os conselhos populares de gestão e fiscalização podem servir de corretivos aos vícios da democracia representativa.



Genildo Magela/Agência Senado

1ª senadora foi recebida com flor e poesia

Eunice Michiles tomou posse há 40 anos e enfrentou resistência dos colegas homens, que não aprovaram os projetos de lei dela para garantir direitos às mulheres

Ricardo Westin

AO LONGO DE um século e meio, apenas políticos homens entraram no Senado. Isso mudou há 40 anos, quando a primeira senadora tomou posse. A mulher que rompeu com a exclusividade masculina na Câmara Alta foi Eunice Michiles, uma ex-professora de grupo escolar e ex-deputada estadual saída do Amazonas.

A posse histórica ocorreu em 31 de maio de 1979. Documentos guardados no Arquivo do Senado mostram que os parlamentares receberam a colega do sexo feminino com deferência e empolgação. A novata foi presenteada com flor, chocolate e poesia.

O senador Dirceu Cardoso (MDB-ES) discursou:

— Foi por causa das mulheres guerreiras que galopavam nos seus árdegos cavalos que seu deus ao rio o nome de Amazonas. Tinha, portanto, que ser da Amazônia a nossa primeira senadora, essa mulher que, como a estrela nova, desce neste Plenário e asperge luz sobre todos nós. Saúdo Vossa Excelência como representante da mulher brasileira, como representante da minha esposa e das minhas filhas.

O senador Lomanto Júnior (Arena-BA) disse o que esperava da colega:

— Que Vossa Excelência possa aqui emprestar, com sua inteligência, sua sensibilidade, seu coração e sua beleza, a colaboração de que o Senado tanto necessita. A sua presença aqui é, para nós, motivo de enternecimento.

O senador Almir Pinto (Arena-CE) recitou um poeminha de sua própria lavra em que lembrou que a Câmara já tinha três mulheres:

— O Senado sesquicentão

[que tinha 150 anos] / agora está como quer. / A exemplo da outra Casa, / tem na Casa uma mulher.

Nesse dia, um cesto com rosas vermelhas chegou às mãos da senadora. O mimo foi providenciado pelo senador Paulo Brossard (RS), em nome da bancada do MDB, o partido opositor. Eunice pertencia à Arena, a sigla de sustentação da ditadura.

Eunice tomou posse fora de época. Nas eleições de 1978, as urnas haviam dado a vaga do Amazonas a João Bosco (Arena). Ele assumiu em fevereiro de 1979, com os outros novos senadores, mas mal chegou a atuar. Três meses depois, sofreu um AVC e morreu. Como Eunice havia ficado em segundo lugar, a vaga foi para ela.

Quebra de tabu

No discurso inaugural, a nova senadora se apresentou como uma “mulher simples, misto de dona de casa e política”, e disse qual seria o norte de sua atuação parlamentar:

— Como primeira senadora, sinto os olhares de milhões de mulheres na expectativa de que eu lhes saiba interpretar as reivindicações. O Código Civil nos coloca ao nível do índio, da criança e do débil mental. Somos fruto de uma cultura patriarcal e machista, onde a mulher vive à sombra do homem e rende obediência ao pai, ao marido ou, na falta deste, ao filho mais velho. Em 1979, temos muito a melhorar.

Eunice, de fato, seguiu essa linha. Um de seus primeiros projetos de lei eliminava do Código Civil de 1916 o artigo que permitia ao homem anular o casamento e devolver a mulher aos pais caso descobrisse que ela não era virgem.



A senadora Eunice Michiles conversa com o presidente João Figueiredo: proximidade com o Palácio do Planalto

A senadora, que tinha 50 anos, argumentou:

— Vejam como era difícil a situação das moças do meu tempo. Éramos incentivadas a ser bonitas e provocantes, mas ai de nós se cedêssemos aos impulsos e fôssemos “desonradas”. A virgindade era a marca maior de nossa conotação de objeto. Exige-se que um objeto, ao ser adquirido, seja zero quilômetro. Com o homem, era diferente. Quanto mais rodado, melhor. O tempo se encarregou de mudar conceitos e atitudes. A geração jovem não atribui à virgindade feminina o mesmo valor da geração passada. Assim, o dispositivo de nosso Código Civil é uma distorção entre o social e o jurídico e por isso precisa ser reformulado.

Outro dos projetos de Eunice permitia que a mulher com filhos fizesse uma jornada de trabalho mais curta, com redução proporcional no salário. Ela também apresentou uma proposta que acabava com a possibilidade de o homem casado em comunhão de bens contratar empréstimos e dar o patrimônio da família como garantia sem o consentimento da mulher.

A ideia de aproximar a mulher do homem no quesito direitos foi mal recebida pelos políticos. Nos oito anos de mandato, Eunice não conseguiu aprovar nenhum projeto. Enquanto alguns foram rejeitados logo de cara, outros foram ignorados e nem entraram na pauta de votação.

A pauta feminina naufragou, mas não porque Eunice fosse inepta para a política.

Pelo contrário. Ela tinha excelente trânsito no Palácio do Planalto. Em 1982, fez parte do grupo que convenceu o presidente João Figueiredo a nomear a primeira ministra do Brasil — a advogada Esther de Figueiredo Ferraz, que chefiou o Ministério da Educação. Em 1983, quando Figueiredo se submeteu a uma cirurgia cardíaca nos Estados Unidos, a senadora foi uma das poucas autoridades que tiveram permissão para visitá-lo no hospital.

Pele bronzeada

Talvez o fracasso das ideias de Eunice se explique pela mentalidade assumidamente machista de 40 anos atrás. No exercício do mandato, a primeira senadora do Brasil foi alvo de hostilidades e até de assédio moral. Numa palestra que proferiu numa entidade de empresários, ela foi interrompida pelo presidente da instituição, que a acusou de tratar apenas de “assuntos secundários”, como planejamento familiar, e afirmou que a mulher só estaria “em condições de igualdade com o homem” quando discutisse “temas como energia nuclear”.

Em outra ocasião, um senador governista repreendeu Eunice em tom ríspido diante de todo o Plenário. Ele estava irritado porque ela e outros dois parlamentares não haviam chegado a tempo para uma votação e, sem o voto deles, o governo não conseguiu aprovar um projeto importante. Embora os atrasados tivessem sido três, o senador só descontou

a raiva na colega mulher.

A imprensa também não tratava a senadora mulher da mesma forma que tratava os homens. A primeira grande entrevista que Eunice concedeu após saber que iria para o Senado foi ao *Jornal do Brasil*. O texto informou que ela era “bonita”, tinha “os olhos azuis contrastando com a tonalidade bronzeada da pele” e estava “discretamente vestida com um conjunto de malha em tons de bege e marrom”. A entrevista não saiu nas páginas de política, mas no caderno de variedades.

A revista *Manchete* publicou fotos em que a senadora aparecia comprando feijão no supermercado, picando cebola na cozinha, aguçando flores no jardim e até fazendo ginástica na sala de casa, trajando *collant* e polaina.

Em 1986, Eunice Michiles abriu mão de disputar a reeleição no Senado e candidatou-se a deputada federal. Eleita pelo PFL, participou da Assembleia Nacional Constituinte e, agora respaldada por uma bancada feminina, finalmente conseguiu aprovar inúmeros direitos para as mulheres. Em 1999, ela se retirou da vida pública. Hoje com 89 anos, Eunice vive em Brasília.

A segunda senadora do Brasil foi Laélia de Alcântara (PMDB-AC), que tomou posse em 1981. A atual bancada feminina do Senado tem 13 parlamentares.

SAIBA MAIS
Entrevista com Eunice Michiles:
www.senado.leg.br/noticias



Cartaz de 1978 apresenta candidatos arenistas do Amazonas, incluindo Eunice

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira do mês. Acesse <http://bit.ly/arquivoS>